



ORIENTAÇÃO ESCOLAR: ATUAÇÃO DENTRO DO MUNICÍPIO DE TEFÉ.

DOI: 10.5281/zenodo.14561960

Ana Paula Dionizio Ferreira

Professora de Educação Infantil na Rede Municipal. Artigo apresentado como requisito parcial para aprovação do Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação Infantil.

RESUMO: Este trabalho teve como objetivo investigar a importância do Orientador Escolar, dentro do contexto educacional no município de Tefé-AM. Estudar os benefícios que este profissional traz ao ambiente escolar. Para esta pesquisa foi realizado uma fundamentação teórico-bibliográfica de publicações de livros, artigos, revistas e documentos que abordam sobre o tema. Buscou-se também, refletir sobre a ação destes profissionais da educação em um trabalho conjunto com a gestão escolar, visando melhorias na qualidade da educação e, conseqüentemente, para a aprendizagem dos alunos. As conclusões, após a pesquisa, confirmaram que o trabalho coletivo, onde a participação de todos, dividindo tarefas e responsabilidades nos diferentes níveis de decisão é essencial para assegurar o eficiente desempenho da equipe escolar. Conclui-se, portanto, que a escola deve procurar compreender qual é o papel do Orientador Educacional, buscando valorizá-lo, e este profissional, por sua vez deve ter conhecimento de suas funções e adapta-las as demandas do contexto escolar.

Palavras-chave: Orientador Educacional, Escola, Educação.

INTRODUÇÃO

O presente artigo teve como objetivos analisar os benefícios e atuação da orientação escolar no contexto educacional no município de Tefé-AM. A função do orientador no espaço escolar é imprescindível, uma vez que ele possibilita a promoção da integração dos profissionais da educação que proporcionam o ensino e a aprendizagem de forma saudável e integradora. É um educador que favorece a relações interpessoais, atuando, principalmente ente a gestão e os educadores. O orientador educacional, por ser membro da gestão, desenvolve suas funções paralelamente com o diretor e o coordenador pedagógico.

Esse profissional imprescindível, é responsável direto pelo desenvolvimento pessoal e individual dos estudantes, proporcionando suporte para que a formação cidadã aconteça dentro do contexto escolar, oportunizando a reflexão sobre os valores morais e éticos, além de trabalhar na busca da resolução dos conflitos existentes na instituição escolar em que o profissional atua.



Para dar embasamento teórico ao artigo, analisou-se o referencial composto por Silva (2002), Rangel (2002), Santos (2004), Saviani (2002). Com ênfase nesse referencial teórico, elaborou-se o desenvolvimento do artigo, sempre relacionando a teoria com a prática, no trabalho da orientação educacional em realizar a integração do trabalho escolar explorando a importância do trabalho integrado entre coordenação pedagógica, orientação educacional e gestão escolar.

As considerações finais abordam uma síntese do objetivo inicial e apontam algumas sugestões de ações que podem contribuir para a melhoria da ação dos profissionais da orientação escolar na instituição escolar.

HISTÓRICO DA ORIENTAÇÃO ESCOLAR

Segundo Pimenta (1988), a Orientação Educacional teve origem, aproximadamente, em 1930, a partir da orientação profissional que se fazia nos Estados Unidos. Assim, no Brasil, a orientação educacional mostrou-se válida na ordenação da sociedade brasileira em mudança na década de 1940, e incluía a ajuda ao adolescente em suas escolhas profissionais da época. A autora mostra que a primeira menção a cargos de orientador nas escolas estaduais se deu pelo Decreto nº 17.698, de 1947, referente às Escolas Técnicas e Industriais. Em 1908 houve nos Estados Unidos um grande avanço tecnológico, logo a necessidade de orientar os adolescentes a decidirem que carreira seguir. E para isso, surgiu a Orientação Profissional. Anos depois a Orientação Profissional foi inserida nas escolas com o mesmo intuito de ajudar o adolescente a entrar no mercado de trabalho.

Dessa maneira, com base no modelo americano, foi criada no Brasil, em 1940, a orientação educacional, que assim como nos Estados Unidos, tinha como objetivo, ajudar os adolescentes brasileiros em suas escolhas profissionais. Como não existia na época um curso especializado para Orientação Educacional, tendo a necessidade de uma regularização profissional, em 1958, o MEC regulamentou a profissão, tem ela uma permanência provisória, até 1961, quando a LDB 4.024, regulamentou a formação do Orientador Educacional.



LDBE/61 - Lei nº 4.024 de 20 de Dezembro de 1961: Art. 63. Nas faculdades de filosofia será criado, para a formação de orientadores de educação do ensino médio, curso especial a que terão acesso os licenciados em pedagogia, filosofia, psicologia ou ciências sociais, bem como os diplomados em Educação Física pelas Escolas Superiores de Educação Física e os inspetores federais de ensino, todos com estágio mínimo de três anos no magistério. (Revogado pela Lei nº 5.692, de 1971) Art. 64. Os orientadores de educação do ensino primário serão formados nos institutos de educação em curso especial a que terão acesso os diplomados em escolas normais de grau colegial e em institutos de educação, com estágio mínimo de três anos no magistério primário. (Revogado pela Lei nº 5.692, de 1971).

Conforme a LDB, Podemos dizer que a orientação educacional, inicialmente, tinha como função, focar somente no aluno, nos seus problemas dentro e fora da escola, pouco ou quase nada voltado a autonomia do aluno e sua formação cidadã. O orientador nessa época era visto mais como um psicólogo. A Orientação Escolar, começa a ser questionada sobre sua função dentro da escola, assim os pressupostos teóricos, começam a ser repensados, e o orientador torna-se mais participante de todos os momentos da escola.

ATUAÇÃO DA ORIENTAÇÃO ESCOLAR NO CONTEXTO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE TEFÉ.

Ao orientador educacional incumbe, segundo Silva (2002); a orientação aos estudantes em seu desenvolvimento pessoal, proporcionando a formação de seus valores, atitudes, emoções e sentimentos; orientar, ouvir e dialogar com alunos, professores, gestores e responsáveis e com a comunidade, buscando uma formação de qualidade; participa da organização e do desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico e de outras propostas pedagógicas da instituição; ajudar o professor a compreender o comportamento dos alunos assumir uma postura adequada em relação a eles; auxiliar o professor a administrar as dificuldades de aprendizagem dos estudantes; mediar conflitos entre alunos, professores e outros membros da escola; conhecer a legislação que rege a educação do país, além de circular pela escola e conviver com os estudantes.

O trabalho de Orientação Educacional, ao longo dos anos, passou por diversas etapas e transformações para se adaptar as mudanças e necessidades da sociedade. Atualmente, é importante que para desenvolver suas atividades de trabalho, o orientador



escolar, deve procurar conhecer a realidade na qual está inserida a escola e principalmente a realidade dos estudantes, levando em conta suas características e vivências.

Isso se torna fundamental, pois influencia no processo de ensino e aprendizagem, que antes acontecia somente na escola, e agora passou a abranger diversos outros campos, como na família, no trabalho, na sociedade, nos meios de comunicação, etc.

O trabalho de Orientação Educacional, ao longo dos tempos, passou por diversas etapas e transformações para se adaptar as mudanças e necessidades da sociedade. Atualmente, é muito importante para desenvolver suas atividades de trabalho, o orientador escolar procure conhecer a realidade na qual está inserida a escola e principalmente a realidade dos estudantes, isso sempre levando em conta suas características e vivências. Tudo isso se torna fundamental, pois influencia no processo de ensino e aprendizagem, que antes acontecia somente na escola, e agora passou a abranger diversos outros campos, como na família, no trabalho, na sociedade, nos meios de comunicação, etc.

O orientador escolar está sendo cada vez mais requisitado no contexto escolar, mediante os problemas que as escolas têm enfrentado como indisciplina, conflitos familiares, auxílio aos professores para lidar com educandos, com a famílias e principalmente dificuldades na aprendizagem e para auxiliar a dar conta das funções que a escola tem assumido na atualidade educacional do município. Ferreira (apud RANGEL, 2002, p. 09) alerta que:

O trabalho dos profissionais da educação – em especial da supervisão educacional – é traduzir o novo processo pedagógico em curso na sociedade mundial, elucidar a quem ele serve, explicitar suas contradições e, com base nas condições concretas dadas, promover necessárias articulações para construir alternativas que ponham a educação a serviço do desenvolvimento de relações verdadeiramente democráticas.

O mesmo precisa trabalhar buscando o desenvolvimento integral dos estudantes, sendo o principal mediador entre os professores, funcionários, estudantes e sociedade, promovendo uma melhor convivência dentro e fora da escola, procurando mostrar que a função da escola é ensinar. Diante do exposto, como questionamentos centrais deste estudo definimos: quais são os desafios do orientador no meio escolar? Como ele pode



enfrentar tais desafios?

Dessa maneira, as escolas do município de Tefé, vem vivenciando uma nova realidade e enfrentando diversos desafios, é preciso pensar e repensar nas formas de aprendizagem, sempre buscando e inovando meios necessários para que se possa cumprir sua função de ensinar, promovendo a tematização de conhecimentos básicos para formar cidadãos, lançando mão de práticas pedagógicas ancoradas em princípios como a autonomia, a responsabilidade, o respeito e a ética. Saviani (2002, p. 14) afirma que “se entende a supervisão e a orientação como a ação de velar sobre alguma coisa ou sobre alguém a fim de assegurar a regularidade de seu funcionamento ou de seu comportamento”.

Logo, neste contexto, é importante mostrar e refletir sobre o papel do orientador escolar, pois este precisa ter compromisso em relação aos valores, atitudes, pois cada sujeito é um ser único e pela sua individualidade cada um é especial merecendo além de respeito, muitas vezes carinho e afeto. Esse fato merece atenção, pois grande parte dos aprendizados acontecem na decorrência

de interação e relação com as pessoas que estão presentes no nosso dia a dia, logo, o espaço escolar e um modo que se convive todos os dias.

Portanto, considerando a importância e a real função do orientador escolar no processo educativo, busca-se compreender a função deste especialista em educação no cotidiano escolar. Nesse sentido, investigar a importância do orientador no contexto educacional do município de Tefé, aprofundar conhecimentos sobre a função da orientação, suas atribuições tanto na equipe gestora, quanto em contato com os estudantes, famílias e sociedade torna-se premissa básica quando intenciona-se refletir acerca dos problemas que muitas vezes impedem que o professor desenvolva uma educação escolar de qualidade.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa qualitativa bibliográfica. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa classificação, há pesquisas desenvolvidas

exclusivamente a partir de fontes bibliográficas, no caso o artigo foi embasado.

Desenvolve-se ao longo de uma série de etapas, dependendo de muitos fatores, tais como a natureza do problema, o nível de conhecimentos que o pesquisador dispõe sobre o assunto, etc. A pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito envolvido.

A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para a coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave (SILVA E MENEZES, 2001).

A produção dos dados foi realizada através de estudos em livros, artigos, periódicos e sites da internet. Os dados produzidos foram analisados através do método de análise de conteúdo e expostos no decorrer do texto.

RESULTADOS

Esse estudo demonstrou que embora de terem percorrido um longo e difícil caminho, hoje o Orientador Educacional ganhou um espaço dentro das escolas, como um agente necessário para a formação dos alunos, pois o mesmo o seu compromisso é a formação integral e permanente desse indivíduo, principalmente no que diz respeito a valores, atitudes, emoções e sentimentos.

Para se construir uma escola autônoma dentro do contexto escolar, precisa-se de profissionais com objetivos definidos, requerendo deles uma liderança centrada na competência. Logo, a educação é um processo contínuo que envolve coordenação e orientação da prática educacional de forma coletiva, a qual não se desenvolve de forma linear no contexto histórico, mas que se modifica a todo instante.

Atualmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 9394/96, requer a formação de profissionais da educação com novas competências, ou seja, o pedagogo “profissional especializado em estudos e ações relacionadas com a ciência pedagógica e problemática relativa, educativa, abordando o fenômeno educativo em sua multidimensionalidade” (LIBÂNEO, 1998, p.37).

Segundo essas reformulações, o orientador escolar, além de ser professor, necessita ser habilitado em Pedagogia ou com formação pedagógico-didática específica de



orientadores pedagógicos, sendo especialista da educação. Ou seja, o orientador escolar é o profissional que atua em vários contextos e situações referentes à prática pedagógica educativa, a qual precisa ser colaborativa e participativa, adequada às funções da escola para se constituir num trabalho interativo entre professores, estudantes, pais e comunidade escolar baseado na ética e no diálogo, respeitando diversidade social e cultural que a escola está inserida.

Na escola o orientador escolar é um dos profissionais da equipe de gestão, que trabalha diretamente com os estudantes, ajudando-os em seu desenvolvimento pessoal em parceria com os professores, para que se possa compreender o comportamento dos estudantes e agir de maneira adequada com relação a estes comportamentos. Também, tem como função ajudar na organização e desenvolvimento do projeto político pedagógico com os

estudantes e comunidade, orientando, ouvindo e dialogando com pais e responsáveis.

O trabalho do orientador encontra-se numa condição de atuação diferente do professor em sala de aula, porém, esta diferença não implica em nada na atuação, pois ambos estão envolvidos em realizar ações coletivas.

Sem perda da especificidade das funções e serviços, articulem-se em vista da mesma finalidade e dos mesmos objetivos educacionais. É nesse sentido que “setorizar” a escola é atender às especificações do trabalho, sem desagregá-lo ou dividi-lo em seus propósitos; é nesse sentido que setorizar não é secretariar, mas compreender que o conjunto se faz pelos elos comuns da pluralidade. (Rangel, 1999, p.94)

Hoje, o trabalho do Orientador Educacional ultrapassa os muros da escola; Atuando como uma ponte entre a instituição de ensino e a comunidade em que a mesma está inserida, buscando sempre entender sua realidade e através da mesma compreender a história de cada aluno e auxiliá-lo no seu desenvolvimento pessoal.

Concluído os estudos deste tema, porém com a consciência de que as discussões não param e sempre inovam, destaca-se que, dentro da escola, não se concebe mais o trabalho da supervisão escolar e da orientação educacional de forma fragmentada, e muito menos distante da gestão escolar, uma vez que esta forma de trabalho não articula teoria e prática, como também foge das mudanças necessárias a nova proposta pedagógica.

Logo, é uma ação conjunta, bem articulada, visando dá sentido aos trabalhos no



âmbito educacional, de forma a garantir que os objetivos que a escola traçou sejam alcançados. O trabalho escolar é uma ação de caráter coletivo, realizado a partir da participação conjunta e integrada dos membros de todos os segmentos da comunidade escolar.

Assim, o envolvimento de todos os que fazem parte, direta ou indiretamente, do processo educacional no estabelecimento de objetivos, na solução de problemas, na tomada de decisões, na proposição, implementação, monitoramento e avaliação de planos de ação, visando os melhores resultados do processo educacional, é imprescindível para o sucesso da gestão escolar participativa.

A participação dá às pessoas a oportunidade de controlar o próprio trabalho, de sentirem-se autoras e responsáveis pelos seus resultados, construindo, portanto, sua autonomia. Ao mesmo tempo, sentem-se parte orgânica da realidade e não apenas um simples instrumento para realizar objetivos institucionais.

Mediante a prática participativa, é possível superar o exercício do poder individual e de referência e promover a construção do poder da competência, centrado na unidade social escolar como um todo. Enfim, para finalizar este artigo, temos a certeza de continuidade das discussões sobre o tema destaca-se a necessidade de que, orientadores educacionais, diretores, compreendam a realidade que está posta e a qual nos determina a realizar.

Portanto, deve-se colocar em nossa prática educativa com ações pedagógica em conexão com os objetivos educacionais propostos pela escola, dentro de uma concepção crítica da educação, onde a prática coletiva transformadora seja nossa tarefa diária e constante, assumida por todos.

REFERÊNCIAS

_____. Projeto de Lei PL 4106/12, que dispõe sobre funções do **Supervisor Pedagógico**. Diário Oficial da União, 2014.

_____. Decreto nº. 72.846, de 26 de setembro de 1973, regulamenta a Lei nº 5.564, de 21 de dezembro de 1968, que dispõe sobre a **Orientação Educacional**. Brasília: MEC, 1973.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** nº 9394/96. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.



_____. Lei nº 4.244, de 9 de setembro de 1942, Lei Orgânica do Ensino Secundário, estabeleceu a função da **Orientação Educacional nas instituições de ensino do mesmo nível**. Brasília: MEC, 1942.

_____. Lei nº 4024/61 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1961.

_____. Projeto de Lei nº 290/2003, que trata da oficialização da **profissão do Supervisor Escolar**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003.

_____. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, que Institui **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia**, licenciatura. Brasília: Diário Oficial da União, Brasília, 2006.

_____. Resolução nº 7.150 de 16 de abril de 1993. **Define atribuições dos especialistas de educação** (supervisores pedagógicos e orientadores educacionais) da rede estadual de ensino. Brasília-DF: 1993.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDBEN 9394/96 BRASIL.

Lei de diretrizes e bases da educação nacional. LDBEN 4024/61

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5 ed. revista e ampliada – Goiânia: MF Livros, 2008.

PASCOAL, M. **O orientador educacional no Brasil**. No.47. Belo Horizonte: Educ. Ver, jun. 2008. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982008000100006>.> Acesso em: 17/10/2022.

RANGEL, Mary. **Supervisão: do sonho à ação – uma prática em transformação**. In: FERREIRA, Naura Syria (Org.). Supervisão educacional para uma escola de qualidade. São Paulo: Cortez, 1999.

SILVA JUNIOR, C. A. A organização do trabalho na escola pública: o pedagógico e o administrativo na ação supervisora. In RANGEL, M. & SILVA JUNIOR, C. A. (orgs.) **Nove Olhares sobre a Supervisão**. 7ed. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. Campinas /SP: Papirus Editora, 1997.

SILVA, E. L. da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.